

Doc. 01

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabeleço, com reserva de iguais poderes, aos advogados brasileiros **Caio Mário da Silva Pereira Neto**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 263.701.248-00 e na OAB/SP sob o n.º 163.211; **Mateus Piva Adami**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 298.323.728-10 e na OAB/SP sob o n.º 235.070; **Daniel Tinoco Douek**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 278.360.978-97 e na OAB/SP sob o n.º 206.923; **Gabriel Felício Giacomini Rocco**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 215.218.478-51 e na OAB/SP sob o n.º 246.281; **Fernanda Cardoso de Almeida Dias da Rocha**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 329.188.898-73 e na OAB/SP sob o n.º 271.223; **Rafael Vicente Reicher Soares**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 368.271.028-07 e na OAB/SP sob o n.º 315.420; **Carolina Milani Marchiori Mesquita**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 419.373.068-95 e na OAB/SP sob o n.º 374.956/SP; **Felipe Zolezi Pelussi**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 352.867.168-81 e na OAB/SP sob o n.º 310.837; **Marcus Vinicius de Abreu Schimitd**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 397.893.928-26 e na OAB/SP sob o n.º 375.869; **Marina Caetano Sarraf Galvão**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 434.427.158-06 e na OAB/SP sob o n.º 391.132; **Marina Cardoso de Freitas**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 368.356.558-60 e na OAB/SP sob o n.º 305.361; **Pedro Henrique Espagnol de Farias**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 438.891.058-90 e na OAB/SP sob o n.º 447.852; **Rodrigo Celeghini Rosa Vicente**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 430.938.558-37 e na OAB/SP sob o n.º 422.625; e **Schermann Chrystie Miranda e Silva**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 925.072.391-15 e na OAB/DF sob o n.º 23.608, todos com domicílio profissional em São Paulo/SP, na Rua Olimpíadas, n.º 100, 6º andar e em Brasília/DF, no SAS, quadra 03, bloco C, n.º 22, salas 1.203 a 1.208, integrantes de Pereira Neto | Macedo Advogados, sociedade de advogados inscrita na OAB/SP sob o n.º 9.470, os poderes da cláusula *ad judicium et extra* que me foram conferidos na procuração outorgada por **GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA. ("GOOGLE")**, empresa inscrita no CNPJ sob o n.º 25.012.398/0001-07, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP n.º 04538-905, podendo apresentar defesas e alegações, interpor recursos e quaisquer outros incidentes processuais em sede administrativa e perante as cortes de contas e órgãos administrativos, ajuizar ações, interpor recursos e suscitar incidentes processuais em sede judicial; desistir de incidentes ou providências; responder ofícios; solicitar certidões, atestados, cópias e expedição de ofícios; enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, especialmente para atuar na representação e condução de providências relacionadas ao **Pregão Eletrônico n.º 01/2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, órgão do Poder Executivo Federal, podendo, ademais, substabelecer os poderes aqui conferidos, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais e, de modo geral, praticar todos os demais atos que forem necessários para o fim supra, por tempo indeterminado.

São Paulo - SP, 04 de fevereiro de 2021


Guilherme Cardoso Sanchez

OAB/SP n.º 257.385



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.012.398/0001-07, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por seu Diretor Geral, Sr. **Eduardo Carlos Lopez**, constitui seus procuradores, doravante denominados como Outorgados.

OUTORGADOS: **Camila Gonçalves Rosa Junqueira**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 327.647 e no CPF/MF sob o nº 230.512.228-44, **Daniel do Amaral Arbix**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 247.063 e no CPF/MF sob o nº 311.089.778-47, **Guilherme Cardoso Sanchez**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 257.385 e no CPF/MF sob o nº 299.791.768-90 e **Taís Cristina Tesser**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 221.494 e no CPF/MF sob o nº 287.945.268-69, todos com escritório em São Paulo, SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

PODERES OUTORGADOS: Para o FORO EM GERAL, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo receber citações, propor contra quem de direito as ações competentes e defender a Outorgantes nas contrárias, seguindo umas e outras, até a decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, atuando em conjunto ou separadamente, concedendo-lhes, também, os poderes de representação em quaisquer assuntos perante Repartições Públicas, e Autarquias Federais, Estaduais e Municipais, Sociedades de Economia Mista, Entidades Estatais e Paraestatais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Alfândegas, Docas, Entidades Financeiras e Comerciais e, ainda, podendo constituir prepostos no ato judicial e extrajudicial e ainda poderes especiais para acordar, transigir, desistir receber e dar quitação, firmar compromisso e nomear prepostos para audiências. Esta procuração poderá ser substabelecida a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme valioso, O presente mandato ficará automaticamente revogado caso o procurador tiver seu contrato de trabalho, que ora mantém com a Outorgante ou com empresa coligada, rescindido por qualquer forma.

SÃO PAULO, 30 DE DEZEMBRO DE 2020



GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.

EDUARDO CARLOS LOPEZ

13º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de
EDUARDO CARLOS LOPEZ (586328).

SÃO PAULO, 04 de Janeiro de 2021. Em Test. da verdade.
CARLOS ALEXANDRE GOMES DOS SANTOS - ESCRIT. Nº 0000/040121
Válido somente com o Selo de Autenticidade Valor: R\$6,45
S11098AB766074



**9ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE
GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.**

**NIRE 35.229.923.517
CNPJ nº 25.012.398/0001-07**

Pelo presente instrumento particular, as Partes abaixo assinadas:

- **GOOGLE INTERNATIONAL LLC**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 1.600 Amphitheater Parkway, Mountain View, CEP 94043, inscrita no CNPJ sob o nº 06.947.283/0001-60, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Yun Ki Lee**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 131.693 e inscrito no CPF sob nº 104.746.608-26, domiciliado nesta Capital, na Rua Tenente Negrão, nº 166, 7º andar, CEP 04530-030, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil; e
- **GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 4º e 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-905, inscrita no CNPJ sob o nº 22.453.746/0001-93, inscrita perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº 35.229.118.525, em sessão de 14 de maio de 2015, e neste ato representada por seu Diretor Geral **Fábio José Silva Coelho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 36.288.162 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 711.133.807-30, domiciliado nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 18º andar, Torre Sul, Itaim Bibi, CEP 04538-133, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

únicas sócias quotistas de **GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.**, sociedade empresária limitada devidamente constituída na República Federativa do Brasil, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº 35.229.923.517, em sessão de 16 de junho de 2016, inscrita no CNPJ sob nº 25.012.398/0001-07, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-905 e com sua 8ª e última Alteração e Consolidação de Contrato Social arquivada na JUCESP sob o nº 187.766/20-4, em sessão de 18.6.2020 – (“Sociedade”), resolvem de comum acordo, alterar o Contrato Social, conforme segue:

Cláusula Primeira:

1. Aumento e integralização do Capital Social

- 1.1 Tendo em vista a remessa de capital externo, a título de investimento direto, realizada pela sócia **GOOGLE INTERNATIONAL LLC**, no valor de US\$ 440.811,83 (quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e onze dólares americanos e oitenta e três centavos), conforme contrato de câmbio nº 000249108044, celebrado em 21 de setembro de 2020, correspondente ao valor de R\$ 2.400.000,01 (dois milhões, quatrocentos mil reais e um centavo), resolve a sócia **GOOGLE INTERNATIONAL LLC**, com a expressa anuência da sócia **GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, utilizar o valor total de sua remessa para aumentar e integralizar sua atual participação no capital social, para o valor de R\$ 8.840.000,00 (oito milhões, oitocentos e quarenta mil reais), mediante a emissão de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentas mil) novas quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em razão de não ser cabível à Sociedade ter quotas de valor inferior a R\$ 1,00 (um real), a sócia **GOOGLE INTERNATIONAL LLC**, com a expressa anuência da sócia **GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, decide reservar o valor excedente de sua remessa, no valor de R\$ 0,01 (um centavo), para futura integralização, fazendo os devidos acertos contábeis.

- 1.2 Tendo em vista a transferência bancária realizada pela sócia **GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, no valor de R\$ 237.600.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões e seiscentos mil reais), realizada em 23 de setembro de 2020, resolve a sócia **GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com a expressa anuência da sócia **GOOGLE INTERNATIONAL LLC**, utilizar o valor total de sua transferência para aumentar e integralizar sua atual participação no capital social, para o valor de R\$ 875.160.000,00 (oitocentos e setenta e cinco milhões, cento e sessenta mil reais), mediante a emissão de 237.600.000 (duzentos e trinta e sete milhões e seiscentas mil) novas quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.
- 1.3 Em decorrência das deliberações aprovadas nesta Cláusula, as sócias, por unanimidade, decidem alterar a redação da Cláusula 5ª do Contrato Social para que passe a vigorar nos seguintes termos:

"Cláusula 5ª. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 884.000.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões de reais), dividido em 884.000.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuído entre as sócias da seguinte forma:

✓

✓

Sócio	Quotas	Valor do Capital Social (R\$)	Percentual
GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.	875.160.000	875.160.000,00	99%
GOOGLE INTERNATIONAL LLC.	8.840.000	8.840.000,00	1%
Total	884.000.000	884.000.000,00	100%

Parágrafo 1º. De acordo com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 2º. Cada quota confere o direito a um voto nas decisões das sócias."

Cláusula Segunda:

2. Continuando em vigor todas as demais cláusulas da Sociedade **GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.**, não alteradas pelo presente instrumento, que passam a ter a seguinte redação consolidada.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.**

**NIRE 35.229.923.517
CNPJ Nº 25.012.398/0001-07**

DENOMINAÇÃO SOCIAL

Cláusula 1ª. A Sociedade se denomina **GOOGLE CLOUD BRASIL COMPUTAÇÃO E SERVIÇOS DE DADOS LTDA.**

OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª. A Sociedade tem por objeto:

- (i) a prestação de serviços e soluções modulares baseados em nuvem;
- (ii) a prestação de serviços de assessoria de qualquer natureza, inclusive em tecnologia da informação;

- (iii) o comércio, importação, exportação, distribuição e logística de aparelhos, equipamentos, acessórios, produtos tecnológicos elétricos e eletrônicos, de informática e de comunicação, partes e peças de reposição, bem como dispositivos, software e serviços digitais em geral.

SEDE SOCIAL, DOMICÍLIO E FILIAIS

Cláusula 3ª. A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-905. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, mediante decisão das sócias conforme *quórum* previsto neste Contrato Social.

Parágrafo 1º. A Sociedade tem filial situada na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Roberto Pinto Sobrinho, 350, Galpões 5 e 6, CEP: 06268-120, que poderá exercer as atividades contidas no objeto social da Sociedade.

Parágrafo 2º. A Sociedade tem filial situada na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na AV 2, 50, Quadra G1 1B Parte A, Gleba 1B, Galpão 1 – Distrito Industrial Benedito Storani, CEP: 13288-162, que poderá exercer as atividades contidas no objeto social da Sociedade.

PRAZO E DURAÇÃO

Cláusula 4ª. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades na data de assinatura do presente Contrato de Constituição, em 14 de abril de 2016.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 884.000.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões de reais), dividido em 884.000.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuído entre as sócias da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor do Capital Social (R\$)	Percentual
GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.	875.160.000	875.160.000,00	99%

GOOGLE INTERNATIONAL LLC.	8.840.000	8.840.000,00	1%
Total	884.000.000	884.000.000,00	100%

Parágrafo 1º. De acordo com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 2º. Cada quota confere o direito a um voto nas decisões das sócias.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª. O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelas sócias conforme *quórum* previsto neste Contrato Social.

Cláusula 7ª. O aumento de capital social deverá ser deliberado em reunião de sócias, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento do capital social; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócias para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade das sócias se pronuncie com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas, no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

Parágrafo Único As reuniões de sócias mencionadas nesta Cláusula serão dispensadas caso a totalidade das sócias assine a correspondente alteração do Contrato Social.

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Cláusula 8ª. A Sociedade será administrada por até 1 (uma) pessoa natural, não sócia, residente no Brasil, a qual usará o título de "Diretor Geral". O Diretor será designado pelas sócias representando, pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, se as quotas representativas desta estiverem totalmente integralizadas, e por unanimidade, se estiverem parcialmente integralizadas, e tomarão posse através de assinatura do instrumento de alteração contratual que os eleger. Observado o estabelecido nos parágrafos abaixo, o Diretor Geral estará investido de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social, representando a Sociedade em todos os atos da vida empresarial, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades municipais,

estaduais e federais, inclusive perante a Receita Federal do Brasil e o Banco Central do Brasil, podendo, ainda, constituir procuradores na forma prevista abaixo.

Parágrafo 1º. Permanece nomeado para ocupar o cargo de Diretor Geral da Sociedade, o Sr. **EDUARDO CARLOS LOPEZ**, argentino, casado, executivo de vendas, portador da Cédula de Identidade RNE nº V353324-U CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF sob o nº 229.281.058-16, com endereço comercial na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 18º andar, Torre Sul, Itaim Bibi, CEP 04538-133.

Parágrafo 2º. O Diretor Geral ficará dispensado de prestar caução, terá mandato por tempo indeterminado e poderá ser substituído ou destituído a qualquer tempo por deliberação das sócias representando, pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo 3º. Os atos atinentes ao curso normal dos negócios e que não estejam compreendidos nas operações especiais previstas no Parágrafo 5º, abaixo, poderão ser praticadas pelo Diretor Geral, ou por dois procuradores nomeados pela Sociedade, agindo em conjunto. Incluem-se, mas não se limitam, entre os atos atinentes ao curso normal dos negócios:

- (i) independentemente do seu valor, o pagamento de despesas relativas ao aluguel da sede e das filiais da Sociedade e a contas de concessionárias de serviço público (água, energia e telefone), tributos e taxas;
- (ii) a assinatura de cartas, contratos, acordos de qualquer natureza e documentos, mesmo que importem em responsabilidade ou obrigação da Sociedade; e a assunção de obrigações e o exercício de direitos, desde que tais atos não estejam previstos no Parágrafo 5º, abaixo.
- (iii) onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios, sociedades ou qualquer outro empreendimento;
- (iv) prestar garantias em empréstimos ou outras obrigações da Sociedade ou de terceiros;
- (v) licenciar, ceder o uso ou de qualquer outro modo divulgar propriedade intelectual ou industrial da Sociedade, incluindo, mas sem se limitar a tecnologia, patenteada ou não, dados técnicos, know how ou outras informações confidenciais pertencentes à Sociedade;
- (vi) confessar dívidas;

- (vii) conceder empréstimos;
- (viii) praticar atos que impliquem a cisão, fusão, incorporação ou transformação das sociedades subsidiárias
- (ix) constituir, dissolver, ou liquidar subsidiárias da Sociedade ou outras sociedades;
- (x) votar em assembleias e/ou reuniões de acionistas e/ou sócios das sociedades subsidiárias, bem como tomar qualquer decisão em relação à administração das sociedades subsidiárias.

Parágrafo 4º. Caberá ao Diretor Geral da Sociedade, a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração financeira e à representação da Sociedade perante instituições bancárias e/ou financeiras, incluindo a assinatura de propostas ou contratos de abertura de contas bancárias; a movimentação e o encerramento de contas bancárias; a emissão, aceitação, saque ou endosso de cheques, notas promissórias, duplicatas, letras de câmbio ou quaisquer outros títulos de crédito em geral, a realização de retiradas mediante recibos; e a autorização de débitos, a realização de transferências bancárias e pagamentos por meio de ordens ou cartas desde que tais atos não estejam previstos no Parágrafo 5º, abaixo.

Parágrafo 5º. A prática dos seguintes atos compete ao Diretor Geral, mediante prévia autorização, por escrito, da sócia **GOOGLE INTERNATIONAL LLC**, autorização esta que poderá ser manifestada através de ata ou de carta, fax, telegrama ou *e-mail* endereçado à Sociedade:

- (i) engajar a Sociedade em novos negócios que não estejam relacionados ao seu objeto social; e
- (ii) comprar, vender, hipotecar ou, de qualquer outra forma, onerar ou alienar bens imóveis.

Parágrafo 6º. As procurações em nome da Sociedade deverão ser outorgadas pelo Diretor Geral e deverão ter finalidade específica, mencionando expressamente os poderes conferidos. As procurações "*ad negotia*" deverão ter período de vigência determinado, ao passo que as procurações "*ad judicia*" poderão ter período de vigência indeterminado. Fica proibido o substabelecimento de procuração outorgada com poderes "*ad negotia*".

Parágrafo 7º. É vedada, sendo nula de pleno direito com relação à Sociedade, a prática de qualquer ato pelo Diretor Geral ou procurador constituído em nome da Sociedade, bem como por qualquer outra pessoa ligada à Sociedade, em operações estranhas ao objeto social, salvo quando expressamente autorizado por deliberação das sócias.

✓

✓

Parágrafo 8º. O Diretor Geral eleito declara, sob as penas da Lei, não estar impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade, nos moldes do artigo 1.011, §1º da Lei nº. 10.406, de 10.1.2002.

REUNIÃO DE SÓCIAS

Cláusula 9ª. As deliberações das sócias serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e quórum dispostas neste Capítulo.

Parágrafo 1º. A reunião será dispensada quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da ordem do dia.

Parágrafo 2º. De acordo com a legislação em vigor, a transcrição de ata de reunião de sócias em livro próprio é dispensada. As atas de reuniões de sócias e as resoluções de sócias poderão ser registradas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da sua assinatura perante a competente Junta Comercial, quando as sócias julgarem conveniente e/ou necessário.

Cláusula 10. Sem prejuízo do disposto no presente Contrato Social e na legislação aplicável, as seguintes matérias dependem da deliberação das sócias:

- I – a aprovação anual das contas da Administração;
- II – a alteração do Contrato Social;
- III – a incorporação, cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- IV – a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- V – a recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de falência; e
- VI – a alocação dos lucros.

Cláusula 11. Deverá ser realizada anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunião ordinária de sócias para a finalidade de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico, sendo que referidos documentos devem ser postos à disposição das sócias anteriormente à realização da reunião. As reuniões extraordinárias deverão ser realizadas para deliberar as matérias exigidas por lei e sempre que necessário.

Parágrafo 1º. A convocação para a reunião de sócias será feita pelo Diretor Geral ou por sócias representando, no mínimo, 1/5 (um quinto) do capital social, por escrito, através de anúncio ou por *e-mail*, fax, carta ou telegrama, contra recibo, contendo local, data, hora e ordem do dia da reunião, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 2º. As formalidades de convocação serão dispensadas quando todas as sócias comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Cláusula 12. A reunião será instalada com a presença de sócias representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social, em primeira convocação, e maioria absoluta, nas demais convocações, admitindo-se a representação de sócia por procurador.

Cláusula 13. As deliberações das sócias serão tomadas por votos correspondentes a, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

Parágrafo Único. As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação vinculam todas as sócias, ainda que ausentes ou dissidentes.

CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 14. As sócias poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a sócia ou terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócias representando mais de 1/4 (um quarto) do capital social. As sócias que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação da cessão e/ou transferência de quotas, inclusive a alteração do presente Contrato Social.

Cláusula 15. Não obstante o disposto na Cláusula anterior, as quotas representativas do capital social somente poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas às outras sócias, que terão o

✓

✓

direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito da sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, a sócia disposta a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas às outras sócias.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula 16. O exercício social tem início em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e os demais documentos exigidos por lei.

Parágrafo 1º. A Sociedade poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros com base neles.

Parágrafo 2º. Os lucros apurados pela Sociedade terão a alocação que lhes for atribuída pelas sócias, conforme *quórum* previsto neste Contrato Social.

Parágrafo 3º. A Sociedade poderá pagar ou creditar juros individualmente às sócias, a título de remuneração do capital próprio, observados os critérios e limites legais.

EXCLUSÃO DE SÓCIA POR JUSTA CAUSA

Cláusula 17. Será considerada justa causa para exclusão a prática, por qualquer sócia, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo 1º. Além do disposto acima, poderá ser considerada justa causa a ocorrência dos seguintes fatos:

- (i) quebra do *affectio societatis*;
- (ii) concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietária, acionista, sócia, investidora, parceira, licenciada, financiadora, operadora, consultora, empregada, ou de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Sociedade; e
- (iv) proposta ou contratação de qualquer diretor, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços.

✓

✓

Parágrafo 2º. A exclusão de sócia deverá ser deliberada por sócias representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, em reunião especialmente convocada para esse fim, estando a sócia sujeita à exclusão ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa.

RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UMA SÓCIA

Cláusula 18. Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, insolvência, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócia, as demais sócias terão o direito de preferência na aquisição das quotas da sócia falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida, insolvente, liquidada, retirante ou excluída, sendo que o direito de preferência será exercido nos termos e nas condições previstas neste Contrato Social.

Parágrafo 1º. Se em virtude de quaisquer dos eventos discriminados no "caput" desta Cláusula 18 houver a necessidade de reconstituição do número mínimo de duas sócias, à sócia remanescente fica desde já assegurado o direito de proceder a essa reconstituição através da indicação de terceira pessoa para ingressar na Sociedade dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do evento.

Parágrafo 2º. A sócia que desejar se retirar da Sociedade deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, notificar a(s) sócia(s) remanescente(s) de seu propósito.

Parágrafo 3º. Nos casos em que a Sociedade se resolver em relação a uma sócia, o valor de sua(s) quota(s), considerada(s) pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial contábil da Sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado no prazo de até 30 (trinta) dias, obedecidos os princípios contábeis em vigor. Os eventuais haveres da sócia, conforme apurado no balanço especial, devidamente aprovado pelas sócias remanescentes, serão pagos em dinheiro ou bens no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da liquidação das quotas.

LIQUIDAÇÃO

Cláusula 19. No caso de liquidação da Sociedade, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único. Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.



LEI APLICÁVEL

Cláusula 20. A Sociedade é regida pelas disposições da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e pelo presente Contrato Social; e supletivamente, pelas normas das Sociedades por Ações, notadamente pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.

FORO

Cláusula 21. As controvérsias e dúvidas oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Estando assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 13 de outubro de 2020.

GOOGLE INTERNATIONAL LLC

P.p. Yun Ki Lee

GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.

P. Fabio José Silva Coelho

Fabio Coelho
Diretor Geral

Testemunhas:

1. Kátia Estima de Almeida

Nome: Kátia Estima de Almeida

RG: 33298101-0 SSP/SP

CPF: 224193978-19

2. Uelson Couto Lima

Nome: UELSON COUTO LIMA

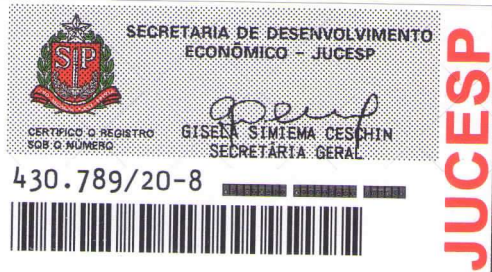
RG: 42422363-6 SSP-SP

CPF: 784496345-04

Visto do Advogado(a):

OAB/SP: 245.752

Rafael Valente de Almeida Ferreira



4º TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
 AVENIDA 9 DE JULHO, 4.407 - CER: 01407-100 - FONE: (0XX11) 3684-8767 / 3050-0792
 Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Substituto do Tabelião: Bel. TADEU CARLOS SALES COELHO

RECONHECO por SEMELHANÇA C/ VALOR DECLARADO 1 firma(s) de
FABIO JOSE SILVA COELHO
 São Paulo, 30 de outubro de 2020.
 Em test. da verdade. P: 103
MARCO ANTONIO DE CAMPOS ARRUDA - Escrevente
 Virm: 2,82. C: 6318254 Selo(s): 195139-1030AR
 V lido somente com o Selo de Autenticidade.

4º TABELIÃO - SP
 Marco Antonio de Campos Arruda
 Escrevente
 Selo Notarial
 do Brasil
 São Paulo
 113456
 FIRMA
 VALOR ECONÔMICO 1
C11038AB0195139

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS

GOOGLE PARTICIPAÇÕES LTDA.
 P. Fabio José Silva Coelho
 Fabio Coelho
 Diretor Geral

GOOGLE INTERNETOMAL LLC
 P. Fabio José Silva Coelho

Testemunhas

Nome: _____
 RG: _____
 CPF: _____
 Visto do Advogado(a): _____

Nome: _____
 RG: _____
 CPF: _____